

Mercado fatura com dívida do governo

↑ Público

Títulos no valor de R\$ 861 milhões emitidos pelo Tesouro Nacional vão render 35% de juros às corretoras, taxa considerada alta

Ugo Braga
Da equipe do Correio

Em três anos, entre 1995 e 1997, a dívida mobiliária (em títulos) do governo federal deu um salto de R\$ 53 bilhões para R\$ 192 bilhões. É uma explosão de 262,2% de crescimento, contra uma inflação acumulada de cerca de 70% desde a criação do real, em julho de 1994. "Isso vai levar o mercado a ganhar dinheiro com juros em cima do governo", avisa o economista André Costa Carvalho, gerente de Macroeconomia do Banco Graphus, do Rio.

O crescimento da dívida consta

do relatório mensal sobre as contas do governo, divulgado na segunda-feira pelo secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães. E os ganhos com juros, por parte do mercado, constam do resultado do leilão de Letras do Tesouro Nacional (LTNs) realizado ontem.

Ambos estão ligados pelos juros. O Banco Central (BC), responsável por vender os papéis do Tesouro, colocou no mercado R\$ 3,86 bilhões em LTNs. A maior parte dos papéis — R\$ 3 bilhões — vai vencer em 98 dias. O restante tem prazo de 182 dias. Os títulos mais longos renderão aos bancos



que os compraram 35,62% ao ano.

A taxa é considerada alta — a média de juros pagos em dezembro do ano passado foi de 22,2%. Mas a crise na Ásia desarrumou o planejamento do governo para rolar seus papéis. O resultado é que R\$ 13 bilhões da dívida mobiliária ficaram com data de venci-

mento idêntica: 2 de fevereiro.

Por isso, o Tesouro está sendo obrigado a alongar o prazo dos seus títulos. "O mercado sabe que não há outra alternativa a não ser rolar a dívida com prazo mais longo e cobrar prêmios altos para isso", confirma o diretor de uma corretora do Rio que atua na Bolsa

de São Paulo.

Eduardo Guimarães, secretário do Tesouro, confirma que os papéis de seis meses são mais caros para o governo. Mas acha que a diferença de juros é "satisfatória e pouco significativa".

DÉFICIT

O problema da taxa de juros dos títulos públicos federais está relacionado ao fato de o governo gastar mais do que arrecada. O documento divulgado pelo Tesouro na segunda-feira mostra que o tamanho desse rombo foi de R\$ 20 bilhões em 1997, ou 2,33% do Produto Interno Bruto (PIB) — soma das riquezas produzidas na economia durante o ano.

O detalhe é que a conta só fica negativa quando o gasto com juros entra na contabilidade. A diferença entre receitas e despesas do Tesouro, sem contar os encargos, é

de R\$ 6,7 bilhões a favor das receitas, ou 0,78% do PIB. "É um resultado muito bom, já que em 1996 o superávit foi de apenas 0,3% do PIB", diz Guimarães.

Na conta do Tesouro, entretanto, não entram os gastos das empresas estatais e governos dos estados e municípios, mais o Banco Central. Quando todas essas despesas passarem a figurar no cálculo, sem contar os juros, a expectativa é a de que o resultado não seja positivo nem negativo. Receitas e despesas vão empatar. Quando a ganância com encargos de todo o setor público for computada, o rombo vai ser maior que 5% do PIB, segundo projeções de praticamente todos os analistas financeiros.

O levantamento já está sendo feito e deve ser divulgado até o fim do mês pelo Departamento Econômico (Depec) do Banco Central.